



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 07

Sessão Ordinária Fevereiro

2.º Reunião em 11/02/2022

Aos onze dias do mês de Fevereiro do ano dois mil e vinte dois, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no Grande Auditório do Centro de Congressos de Aveiro, em Aveiro, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Manuel Souto de Miranda, secretariado pela Primeira Secretário Maria Arminda Rodrigues Sousa Correia, e Segunda Secretário Maria Cristina Macedo da Costa e Veiga, e com a presença dos vogais, Manuel José Prior Pedreira Neves, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Filipe Nuno Pereira Fernandes Tomaz, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Casimiro Simões Calafate, Maria Teresa Fernandes Pires, Joana Eduarda Mónica Maio do Bem Paixão, Catarina Marques da Rocha Barreto, Nelson Alexandre Dias dos Santos, Jacinto Manuel Almeida Silva, Firmino Marques Ferreira, Henrique da Rocha Vieira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Miguel António Costa da Silva, Sara Alexandra Reis da Rocha, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu, Joana Oliveira Teixeira, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Carlos Gabriel Pires Morgado Bernardo, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Manuel Simões Rodrigues, Sara Sandra Resende Tavares, Pedro Manuel Ribeiro da Silva, Gonçalo Alves de Sousa Santinha, António Augusto Cruz de Aguiar, Pedro Filipe Oliveira Rodrigues, Marta Elisa dos Santos Dutra, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José Jesus Monteiro, e Nuno Filipe Moreira Teixeira.[001](#)

Faltou nesta reunião da sessão o Vogal, Filipe Jorge de Mendonça Santos de Andrade Ramos

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, o vice-Presidente Rogério Paulo dos Santos Carlos, e os Vereadores Ana Cláudia Pinto Oliveira, João Filipe Andrade Machado, Teresa de Jesus Lourenço Dias Grancho, Manuel Oliveira de Sousa, Fernando Manuel Martins Nogueira. Faltaram os Vereadores Miguel Capão Filipe e Joana da Fonseca Valente.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos Vogais, Joana Filipa Ramos Lopes, Jorge Manuel Correia Girão, Carlos Francisco da Cunha Picado, Pedro Machado Pires da Rosa, Rita Alexandra Monteiro Baptista, João Miguel Moniz Laranjeira Silva e David Filipe Ramos Silva, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Jorge Manuel Carvalho Moreira Caetano, Joana de Oliveira Teixeira, Jorge Miguel Rocha Gonçalves, Manuel Simões Rodrigues, Celme Cristina de Jesus Tavares, António José Jesus Monteiro e Nuno Filipe Moreira Teixeira.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Rui Filipe Oliveira Teixeira, Lúcia Maria Ribeiro Borges, Mário Augusto Marques Ferreira Correia da Costa, Beatriz Rodrigues Mora

Carvalho, Andreia Patricia Pereira da Fonseca, Eduardo Gonçalo Silva Antunes, Virgínia Maria Melo Matos, António Manuel dos Santos Salavessa, e Joana Catarina da Silva Vaz Serra Lima, pediram escusa.

Também e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia, Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, se fez substituir nesta reunião da sessão por Jacinto Manuel Almeida Silva.⁰⁰²

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(As intervenções, nos termos regimentais, tem como suporte gravação áudio.)

De seguida o Presidente da Mesa da Assembleia, deu continuidade à “Ordem-do-Dia” para esta Sessão Ordinária de Fevereiro:

Ponto 3 – Informação sobre a Atividade Municipal de 30NOV21 a 31JAN22.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰⁰³ para apresentação da Informação sobre a Atividade Municipal.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

“Enfim, apenas duas ou três notas, para darmos início ao debate que entendemos ter nesta Assembleia Municipal a pretexto deste ponto sobre a atividade municipal.

Neste período de tempo a que se refere este relatório, sumariamente assenta nos meses de dezembro de 2021 e de Janeiro 2022. Obviamente que a vida da Câmara é uma vida de desenvolvimento intenso das operações que temos planeadas, desde logo dezembro muito marcado em termos dos eventos do pelas Boas-Festas em Aveiro e os vários eventos de natureza mais cultural que integraram o programa. Sabendo que, obviamente, condicionamos o programa aquilo que são as regras da DGS. E essa é obviamente uma marca do tempo que temos vivido para trás e seguramente do tempo que temos para viver pela frente. Obviamente que em tudo o resto e são vários os pontos e os aspetos que estão neste relatório, aquilo que são as dinâmicas dos desenvolvimentos de projetos, do desenvolvimento de concursos, da execução de obras, seguem o seu ritmo, alguns deles apenas com a gestão dos condicionalismos da transição do ano civil e fiscal de 2021 para o ano civil e fiscal 2022. E sobre isso já falámos bastante do ponto primeiro pela natureza da necessidade do conjunto de decisões administrativas muito mais do que políticas para esta esta transição e, portanto, aquilo que são os compromissos assumidos, aquilo que são os objetivos, que estão bem plasmados, de forma clara, nas Grandes Opções do Plano e do Orçamento de 2022, foram obviamente alvo de trabalho a vários níveis de desenvolvimento neste período de 2 meses. Naturalmente que há algumas obras nomeadamente com alguma, enfim, visibilidade maior, desde logo a Avenida, a obra de requalificação da Avenida Dr. Lourenço Peixinho, que está a viver uma nova mutação naquilo que são as operações do seu desenvolvimento. Ou a obra do Rossio que, enfim, montou estaleiro e está na fase de arranque, da primeira componente do edifício que vamos construir com múltiplos usos, de que o principal é o parque de estacionamento, que é a componente da fixação das estacas. Que além do mais existem muitas fotografias aéreas que andam por aí ao dispor de todos. Já se veem assim umas barras deitadas, cinzentas, são exatamente as estacas, que são o primeiro elemento estrutural que é colocado para cumprir esse objetivo.

E já na próxima semana estamos a arrancar para a intervenção nas Pontes. As famosas 'Pontes' sabendo que e aproveito a Assembleia Municipal para dar nota disso, além do anúncio que no início da semana, estaremos a iniciar a intervenção nas pontes.

Um dos objetivos dessa intervenção é a qualificação estrutural. As Pontes não recebem uma operação de requalificação estrutural desde que foram construídas.

E obviamente, como qualquer estrutura de betão, esta, como qualquer outra, não é eterna.

E, portanto, uma das intervenções mais complexas tecnicamente da chamada obra do Rossio é exatamente o reforço estrutural das Pontes. Que é basicamente uma obra que se se executa por baixo, em termos de visibilidade, ela só será visível apenas quando navegarmos nos canais da Ria. Enfim, haverá também algumas intervenções à superfície, mas não estruturais. O reforço estrutural acontece todo por debaixo, mas, enfim, apenas evidenciar este aspeto muito importante da obra do Rossio. Sabendo nós a importância urbana, rodoviária, que tem as tais Pontes que já foram duas e que agora a terminologia popular continua a usar esse plural. Na prática, estamos ali a utilizar uma Ponte sobre o Canal Central da nossa Cidade e que tem um episódio de bolacha de rotunda, que permite a acessibilidade, nomeadamente ao nível da luz e da e da ventilação.

De resto, temos também a notícia do fim das operações do empreiteiro Rosas Construtores, um empreiteiro muito importante da nossa da nossa região, do nosso país, que tem ainda atualmente 4 contratos muito importantes com a nossa Câmara, mas que a empresa terminou a sua incapacidade de executar, infelizmente.

E, portanto, está na fase de formalizar a desistência dessas obras, que são várias obras de pavimentação em várias zonas do município e algumas delas nas zonas centrais da nossa Cidade.

A obra de requalificação do troço da rua Direita da Costa do Valado, que é o troço que nos falta qualificar no que respeita à antiga estrada nacional 235 e, portanto, vamos também por aí passar à fase seguinte que é lançar concursos novos para termos novos empreiteiros para executar essas intervenções que, infelizmente, ninguém deseja, obviamente a morte das empresas, não foi possível executar pela Rosas Construtores.

Portanto, eu deixava apenas estas notas de destaque, de realce, sabendo que as operações seguem o seu caminho a bom ritmo, nesta luta que vamos tendo contra as contrariedades da falta de mão de obra, do crescimento dos preços das matérias-primas, dos combustíveis, etc. Este processo não acabou, aliás, as tensões inflacionistas são notícia preocupante para o mundo inteiro. Obviamente também para nós portugueses, mas obviamente que temos que gerir as condições que temos em cima da nossa mesa, procurando que os nossos objetivos se vão cumprindo. E foi isso que aconteceu neste período de tempo. É isso que vai continuar a acontecer no tempo que temos pela frente e pronto, apenas este relatório procurou deixar uma nota sumária desses episódios em desenvolvimento e, portanto, estarei ao dispor de dos colegas autarcas para as questões que entenderem por bem, no quadro deste ponto de situação sobre a Atividade Municipal. Muito obrigado.”

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[007](#)

“Boa noite a todos. Quero colocar três questões. Uma em relação à Feira dos 28, que em contacto com os feirantes notámos um grande descontentamento em relação às condições de trabalho e também em relação às taxas que têm que pagar quer façam a Feira quer não façam. Os feirantes que têm os veículos adaptados de venda de cafés e bolos além do anterior problema, queixam-se que tem de levar o gerador para poderem trabalhar.

Ainda na pandemia, como não puderam trabalhar devido às normas da DGS muitos já tinham pago a sua anuidade porque lhes ficaria mais barato, mas não receberam o que foi indevidamente pago.

Assim questionamos quais as medidas que estão pensadas para as melhorias das condições de trabalho destes profissionais? Qual o motivo que impede o ponto de luz, já que no local estão os pontos utilizados na Feira de Março? E qual a modalidade de taxas praticadas para resolver a situação destes profissionais.

Também fizemos uma recente visita à equipa de tratamento de respostas integradas o antigo CAT e uma das questões que se coloca é a questão da acessibilidade ao local.

A estrutura não é municipal, mas sabemos que a Câmara Municipal já assumiu um compromisso com a requalificação de acessibilidades em programas eleitorais. Em relação a isso colocamos, quais são as intenções da Câmara Municipal em relação ao antigo centro de saúde mental que lá existe e se a Câmara Municipal prevê pavimentar o acesso «ao antigo CAT»

Mais uma questão que tenho para colocar. A assembleia municipal votou o aumento das Taxas na base da inflação e deparamo-nos com o aumento dos ingressos para os Museus, no caso do Museu de Aveiro é um aumento de 25% - subiu de 4 para 5 euros e os restantes Museus com um aumento de 50%!? Uma cidade que quer ser capital europeia da cultura não pode tratar assim a Cultura. Disse.”

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[008](#)

“Boa noite, senhores Presidente da Câmara e da Assembleia Municipal, senhores vereadores, senhores deputados municipais e público presente.

Eu antes de abordar as questões da Atividade Municipal, gostaria de fazer aqui só um breve esclarecimento relativamente a algo que se passou na reunião da passada 6ª feira.

Nessa reunião um partido de extrema-esquerda insultou os deputados eleitos pelo partido CHEGA para a Assembleia da República, chamando-os de “racistas”.

Depois foi publicado no Diário de Aveiro um artigo sobre essa reunião e que a respeito deste insulto disse e passo a citar “mas, Gabriel Bernardo, do CHEGA não respondeu”.

Ora bem, eu gostaria aqui de deixar bem claro que enquanto eu for o representante do partido CHEGA nesta Assembleia, procurarei reagir sempre com total indiferença e desprezo a quaisquer insultos e ataques pessoais, provenientes de um partido de extrema-esquerda – sejam eles dirigidos ao partido CHEGA, a membros do partido CHEGA ou à minha própria pessoa. É nosso entendimento que perder tempo a responder a insultos vindos de um partido de extrema-esquerda seria estar a dar a esse partido mais importância do que aquela que tem.

Este tratamento que está a ser dado ao CHEGA atualmente faz parte de uma estratégia que a extrema-esquerda já usou contra outros partidos de direita no pós-25 de Abril. O objetivo não é estigmatizarem o CHEGA. O objetivo é estigmatizarem e maniatarem os restantes partidos da direita. Mas a direita só terá esse problema se quiser.

A direita só terá esse problema se aceitar que são os partidos de extrema-esquerda que decidem quem é e não é democrata e racista em Portugal.

Feito este pequeno esclarecimento, eu passo então agora a abordar o assunto em discussão - nomeadamente a análise da Atividade Municipal.

Relativamente ao ponto 3 “abertura da avenida europa à circulação”. Nós visitámos o local e conhecemos bem a Avenida Europa e constatamos que se observa um trânsito excessivo nessa avenida, sobretudo nas horas de ponta, com filas contínuas sendo o limite máximo de velocidade permitido de 30 Km/h.!?

Isso provoca um acréscimo de poluição do ar, devido ao permanente pára-arranca e também poluição sonora, para além do desgaste psicológico que causa nos automobilistas. Neste sentido nós consideramos que seria importante arranjar alternativas para descongestionar aquela via e obviamente a solução para este problema terá de passar

necessariamente pela desativação dos pórticos da A25 junto ao estádio e também em Angeja.

Estes pórticos prejudicam gravemente quem se desloca dentro da malha urbana do concelho e prejudicam a economia regional. Desejamos que a Câmara Municipal nos faça um ponto da situação relativamente a esta questão dos pórticos. E também apelamos à Câmara Municipal bem como aos deputados eleitos por Aveiro e muito em especial aos deputados do partido socialista, como é o caso do Pedro Nuno Santos, que nos fartamos todos de ver fotos dele aí espalhadas pela cidade, que procurem interceder junto do futuro governo no sentido de autorizarem e agilizarem a remoção desses pórticos.

Foi um Governo Socialista que colocou esses pórticos em Aveiro. Esperamos que seja este futuro governo socialista a retirá-los, reparando assim uma grave injustiça para com os Aveirenses e para com a economia regional.

Um outro ponto. Relativamente à alteração do estudo da Rotunda do Botafogo. Nós fomos à rotunda do Botafogo e julgamos ter compreendido a proposta de alteração da Câmara Municipal que nos parece pacífica. No entanto chamou-nos a atenção o péssimo estado em que se encontra o pavimento da Rua Conselheiro Queirós e também a fachada da casa onde o Eça de Queiroz viveu na sua infância.

Relativamente à casa onde o Eça de Queiroz viveu na sua infância já em 2017 havia sido noticiado pela TSF que a autarquia, e passo a citar “chegou a acordo com os proprietários para recuperar parte da casa e transformar o espaço num polo museológico”. Neste sentido nós gostaríamos que a Câmara nos fizesse um ponto da situação relativamente a esta obra que nos parece emblemática devido à sua riqueza histórica.

Finalmente, relativamente ao ponto 38 sobre a construção da nova ponte do Parque da Balsa. Nós também fomos visitar o local e constatámos que existe atualmente lá um sério problema de segurança na ponte, uma vez que as guardas metálicas laterais de ambos os lados estão vergadas e parcialmente derrubadas. Foram lá colocadas umas fitas de segurança vermelhas e brancas, mas essas fitas também estão no chão. Por isso a situação parece-nos perigosa sobretudo para crianças que possam abeirar-se e cair na ribeira.

Por isso, e para finalizar esta minha intervenção, alertamos a Câmara para a necessidade de melhorarem as condições de segurança no local antes que possa acontecer algo de bastante desagradável. Muito obrigado.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[010](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Queremos questionar o executivo tendo em conta a fragilidade social que assistimos neste período de pandemia, se as subidas das rendas não deviam ter sido adiadas ou em que medida esta subida é mitigada por outras respostas sociais? Obrigado.”

Vogal António Monteiro (BE)[011](#)

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[012](#)

“Boa noite a todas e a todos. Sobre a atividade municipal não temos referencia nesta comunicação, mas é do conhecimento público que a intervenção na nova rua do Sal, estrada dique que liga a Marinha da Troncalhada às instalações da estação naval de Aveiro, tem vindo a receber revés com sérios avanços e recuos ao longo destes últimos meses! A estrada dique e a inauguração entre aspas em vésperas já então em colapso, ora abre ora fecha, para trabalhos complementares. Ora abre para ver passar moliceiros ora fecha para obras de correção do enrocamento que ruiu parcialmente. Custou imaginem 1.8 milhões de euros, agora passados mais poucos meses vai custar mais meio milhão de euros,

dizem agora, para responder às alterações climáticas, as mesmas que já existiam antes do início da obra.

Bem, quero acreditar, até por questões de segurança, que esta estrada fique encerrada na sua totalidade enquanto as obras ali decorram ou será que vai abrir de novo para algum evento especial para turista ver?

Deve ser garantida e preservada a Marinha da Troncalhada que tem vindo a sofrer devido a passagem à toa de camiões e pessoas para acesso à estrada dique. Quem por ali passa observa bem como estas travessias acentuou a sua degradação. Acontece com regularidade que as águas galgam o sistema de eclusas que protege a cidade de inundações. Esta obra é um exemplo dum programa da direita derrotado pela realidade. Mais obras estão aí a desafiar a realidade. Agora ordena-se ao projeto a subida de 1 metro na estrada dique e diz-se que essa será a norma para novas construções na envolvente – a antiga lota ou outras zonas da cidade. Deixo a pergunta: o Rossio também vai subir 1 metro?

Sobre o fim do programa de Ajustamento Municipal onde estão os resultados práticos se os impostos, taxas e tarifas não mexeram? Já foi aqui referido subiram as tarifas para entrar em Museus da Cidade.

Sobre a Avenida Europa e a abertura da circulação em Cacia. São boas notícias naturalmente para os residentes em Cacia que já vinham a mostrar cansaço pela demora. Uma requalificação de uma Avenida que fundamentalmente será uma variante com uma rotunda na Junqueira, uma rotunda no Botafogo, Rotunda no solar das estatuas, rotunda na Lusavouga, rotunda, rotunda. O Bloco de Esquerda já manifestou discordância sobre algumas das opções tomadas nesta requalificação, nomeadamente ao nível das questões de mobilidade.

Outro tema que queria aqui dar nota, diz a Câmara Municipal que o Ambiente representa uma política estratégica na governação do Município, comprometendo-se a apoiar a redução dos gases com efeito de estufa até 2030 e a adotar uma abordagem conjunta para a mitigação das alterações climáticas! Além dos moliceiros e três autocarros elétricos que conjunto de ações estão a ser implementadas com o objetivo de uma redução significativa da redução de CO2?

A promoção de construção de mais parques de estacionamento subterrâneos que privilegiam o uso do automóvel particular, ações de marketing do tipo multas para promover os transportes públicos em que os aveirenses se perguntam como, se não existem transportes públicos? Como se pede a utilização dos transportes públicos em detrimento do automóvel particular quando há falta de percursos carreiras e horários a funcionar em modo bi-horário aos fins de semana e feriados? Como pode um cidadão que more nos limites da cidade ter que se levantar às seis e meia da manhã para poder estar no seu local de trabalho às 8 ou 9 horas no seu local de trabalho?

É manifesta a incapacidade na resposta às necessidades do dia-adia dos aveirenses.

Senhor Presidente, qual o ponto de situação do processo de avaliação da rede e concessão dos transportes urbanos? Quando é que conheceremos aqui os processos dessa avaliação e prováveis medidas de correção que nos parecem evidente e necessárias.

Para finalizar, muito breve, saber da cooperação entre a Câmara Municipal de Aveiro e ACES no Centro de Vacinação de Aveiro, sobre a disponibilização gratuita da ala nascente não se esperaria outra coisa pois o evoluir da pandemia assim o tornou necessário para dar alguma capacidade de logística de resposta. Mas por outro lado a disponibilidade deste novo centro de vacinação faz-nos refletir sobre a falta de infraestruturas e equipamentos em zonas centrais urbanas. A centralidade urbana é uma forma de garantir um bom planeamento das funções coletivas das necessidades fundamentais para uma operação de combate à pandemia do covid 19. Deixo a pergunta, além deste espaço que equipamento

com centralidade no município teria potencial capacidade de logística para dar uma resposta para utilização exclusiva e com menos constrangimentos.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹³

“Muito obrigado Senhor Presidente, muito boa noite a todos. Relativamente à Atividade Municipal, na nossa opinião há a destacar o Centro dedicado para Vacinação Covid. Para alguns partidos infelizmente está localizado mais próximo do centro que o outro, mas talvez a Câmara pense colocar a estação do comboio nas pontes, para satisfazer esses partidos.

O CDS lamenta que o Centro de Vacinação tenha demorado tanto a abrir devido a desentendimentos de entidades relacionadas com a Saúde, que nunca mais decidiam o que tinham para decidir.

Salientamos também o início, de facto, da ligação Aveiro/Águeda, para a qual esperamos que todo o processo, principalmente nas componentes burocráticas dos concursos, decorra sem problemas de modo a que não venham a existir atrasos neste tipo de obras.

Destacamos igual mente a continuação do apoio municipal às Associações Desportivas. Seja através da comparticipação financeiras à atividade e ao investimento no âmbito do PMAA, mas também através da cedência de meios de transporte do município para a deslocação das suas equipas.

E achamos muito interessante o apoio às atividades náuticas dos estudantes, para já do agrupamento de escolas José Estevão. Nós somos uma cidade de água. As nossas escolas tinham muito pouco contato com as modalidades que se podem praticar na água. A vela, canoagem, remo, triatlo de certa forma. E esperamos que havendo condições este programa possa ser levado aos outros agrupamentos de escolas porque temos todas as condições para termos no futuro muitos e bons praticantes de desportos náuticos, assim haja condições para o poderem praticar.

Agora gostaria de colocar umas questões ao Sr. Presidente da Câmara que são as seguintes questões:

Nesta altura de inverno o desligar da iluminação pública meia hora antes do nascer do sol, parece-me que torna a cidade muito escura e num período de tempo em que já anda muita gente a circular na rua, por volta das sete da manhã a cidade fica às escuras.

Portanto eu propunha que eventualmente na hora de inverno a hora do desligar das luzes de iluminação pública fosse apenas um quarto de hora antes do nascer do sol. A mim parece-me que faz sentido, sobretudo agora que temos uma rede de iluminação pública a consumir bastante menos. Penso que este ajustamento, na hora de inverno, faria sentido.

Um segundo aspeto, eu passei por Oliveirinha no passado dia 21 de Novembro, por volta das 5 da tarde, quando a feira já estava praticamente toda desmontada. A sensação foi que parecia que tinha havido uma explosão e que os destroços de papel e plástico ficaram espalhados por dezenas de metros, com uma quantidade incrível de detritos.

Não sei se será possível coordenar com o concessionário de recolha de resíduos sólidos em dias de feira, havendo um reforço, para tentar sensibilizar as pessoas que vão à feira e as pessoas que lá estão a trabalhar a não deixarem aquilo no estado em que estava. É um estado horrível por quem lá passa no fim da feira.

Uma outra questão e que já se tem aqui falado várias vezes são os jacintos de água. Mas verifica-se também no nosso concelho outras plantas invasoras que é a “erva das pampas”. Tem sido anunciado alguns programas nalguns municípios para tentar impedir a propagação desta espécie. Gostávamos de saber se a Câmara já está a pensar nalgum programa para tentar reduzir, porque tanto quanto julgo saber é uma espécie que causa bastantes alergias e, portanto, seria bom que pudesse ser reduzida.

Ainda relativamente aos jacintos – e aqui confesso a minha ignorância, se o jacinto de água permite isso, mas vi recentemente uma reportagem salvo erro na Estónia, em que tem um problema grave com algas e estão a fazer juntamente com as universidades locais o aproveitamento dessas algas para fertilizantes. Não sei se temos massa crítica, se temos quantidades de jacintos, mas podíamos ter uma maneira de tentar aproveitar uma planta que causa mal aos rios para fazer alguma coisa útil para a comunidade.

Outro assunto tem a ver com os edifícios de Arte Nova. Eu hoje fiquei satisfeito ao entrar aqui no Centro de Congressos porque vi aqui um mapa sobre o circuito de Arte Nova do município e Aveiro, em versão impressa. Não sei se é reedição porque tenho ideia que já tinha havido no passado um mapa semelhante. Será uma reedição porque está já com imagem nova da Câmara, mas o que julgo seria importante e eu não encontrei nem na aplicação da Câmara, nem no site da Câmara, esta informação em formato digital! Hoje há muitos turistas que nos visitam que usam o telemóvel e não vão usar papel e usam o telemóvel para obter informação que lhes interessa a visitar em Aveiro. Compreendo a publicidade que a Arte Nova tem, mas devia ter também ferramentas digitais que permitissem aos turistas que nos visitam terem no telemóvel ou no tablet essa informação.

Ainda relativamente a edifícios Arte Nova. Queria perguntar como é que a Câmara pode atuar no sentido de reabilitar edifícios classificados de Arte Nova que são propriedade privada? Falo concretamente daquele edifício que está situado na Rua Cândido dos Reis, n.º 146 que está com um aspeto de degradação acentuada no exterior. Não faço ideia como estrará por dentro, mas ter estes edifícios nos guias e depois eles estarem em tão mau estado, não sei se não haverá forma de a Câmara poder ajudar pelo menos estes edifícios que estão classificados, possam ter alguma recuperação.

Por último há um aspeto que gostava de chamar atenção e que já por diversas vezes no sítio onde resido vi, que é a toponímia da rua de Viseu do lado da Glória e Vera-Cruz. Já por várias vezes vi os bombeiros chegarem à rotunda da Rua de Viseu e não saberem para onde é que hão-de ir. Depois aparecem da rua João de Moura, entram por lado e saem pelo outro, porque efetivamente como está a rua de Viseu são três ruas! É o túnel e são as ruas de cada lado.

Do lado de Esgueira o problema está resolvido porque a rua agora se chama São João de Deus, não se chama rua de Viseu. E, portanto, em situações de emergência a polícia, os bombeiros, sabem onde fica a rua São João de Deus. Do lado de cá a Rua de Viseu não está clarificada.

Eu deixava a proposta de manter o nome de rua de Viseu para toda a área do túnel mais a rotunda até ao cruzamento da rua Cândido dos Reis. Mas arranjar para as ruas laterais do túnel topónimos diferentes para permitir em caso de emergência um acesso aos bombeiros. Acho que é algo que devia ser pensado. Disse.”

Vogal Ernesto Barros (CDS)⁰¹⁴

Vogal Ana Seíça Neves (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰¹⁵

“Boa noite a todos. Primeiro tenho que fazer aqui uma reclamação porque ali o nosso deputado Ernesto Barros falou de um assunto que eu também tenho aqui para falar, adiantou-se. Mas como sou do Partido Socialista vou repetir.

Eu gostava de chamar a atenção para o seguinte: a ponte do Parque encontra-se fechada para manutenção desde há muito tempo. O parque também, agora neste momento, está melhor tratado, mas aquela ponte de madeira tem duas ou três tábuas levantadas que não percebo como é que demora tanto a reparar, para que as pessoas possam utilizar.

Portanto fica aqui o meu aviso e o meu pedido à Câmara para não se esquecer desta ponte, que julgo não será muito cara a reparação.

Depois gostava de lembrar o seguinte. Entre as várias iniciativas que a Câmara tem tido ao longo do tempo, uma que me chamou atenção foi a visita do Senhor embaixador do Irão e que se estaria em vias de se fazer uma cooperação entre a Cidade de Tabriz e a nossa Cidade. Tudo bem, nós gostamos da multiculturalidade e isso é interessante. Mas eu gostava de me explicasse o seguinte. Diz que vivem cá cerca de 100 Iranianos. Não os tenho visto, dizem-me que vivem alguns na Universidade, ainda bem que vivem, mas que tem investimento de 50 milhões em algumas atividades! São em alojamento local ou em construção civil? É a minha pergunta.

Já agora gostava de lembrar as várias geminações que fizeram com outras Cidades. Qual foi o resultado disso? É apenas para ter um nome de uma rua ou tem algum resultado económico e cultural dessas geminações. Gostaria de saber.

Finalmente uma pequena chamada de atenção por causa dos pórticos. Só se fala dos pórticos quem não sabe ou não conhece o dossier deles. Se o perceber entende que muito daquilo que se fez e também de alguns erros que se cometeram. Antes de falarem dos pórticos devem estudar o assunto.

Finalmente uma coisa que me é particularmente cara, que o contencioso. Na informação que nos entregam no Contencioso anexo da atividade municipal, é apenas aquilo que diz respeito á tramitação dos processos num determinado período. Eu mantenho uma pergunta que venho fazendo ao longo do tempo. O que é que acontece aos processos que entretelando deixam aqui de constar? Terminaram como? A Câmara foi absolvida, teve que pagar alguma coisa? Qual é o resultado? Acho que seria interessante sabermos isso até para sabermos dos custos da litigância que esses processos tenham trazido para a Câmara. Tenho dito.”

Vogal Jorge Gonçalves (PS)⁰¹⁶

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Bruno Costa (PPD/PSD)⁰¹⁸

Vogal Filipe Tomaz (PPD/PSD)⁰¹⁹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰²⁰

“Boa noite à Mesa. Na pessoa do Senhor Presidente cumprimentar todos os presentes e quem nos está a assistir.

Sobre a atividade municipal e do trabalho deste executivo verificamos que continua em velocidade cruzeiro. São apoios, são obras, são apoios às pessoas, apoios à economia local, apoio às IPSS, apoios às Associações culturais e desportivas. Tudo é feito por protocolo acordado por ambas as partes e cumprido no dia marcado.

O investimento em obras está a ser feito como nunca foi feito. E tem uma ligeira diferença. As obras agora são feitas e são pagas. No passado eram feitas e empurrado para a frente o seu pagamento. A dívida aumentava e agora as obras são feitas e são pagas.

Esta atividade diz-nos que há um executivo com boas contas, contas estáveis, disponibilidade financeira e bons projetos. Temos uma Câmara que cumpre com a dívida e o custo da dívida conforme os acordos feitos. Faz obra, investe, investe muito como nunca foi feito no material e no imaterial. De realçar o apoio às famílias às empresas e á economia local e às associações.

Neste ponto Senhor Presidente, gostava de saber e que nos informasse como é feito o pagamento destas obras de execução. Como é que é feito. Isto de obra feita, obra paga, como é que é agilizada.

Gostava ainda de comentar aquilo que disse a Dr. Seiça Neves sobre os pórticos. Dr.ª nós sobre os pórticos falamos e vamos continuar a falar. Mesmo que isso incomode muito a Dr.ª Seiça Neves e o Partido Socialista. Portagens na Scuts A25/A17Angeja/Quintãs nós temos

de continuar a falar. São quatro pórticos num espaço de doze quilómetros que têm um custo de valor médio de 1.90€ quem vem de sul e 1.40€ para quem vem de norte para chegar à Cidade. Só para ir ao Estádio Municipal tem de pagar 0.70€. Este percurso tem de deixar de ser pago e funcionar como circular externa de Aveiro como é a VCI no Porto ou a segunda circular em Lisboa.

E olhe doutora também vamos continuar a falar da requalificação do Vouguinha. Nem que seja só para chatear vamos continuar a falar. O que afirmou o Secretário de Estado era que estava em estudo a ligação entre a CP e a universidade de Aveiro!? Isto só pode ser brincadeira. Os aveirenses merecem mais respeito.

Habitação Social senhora deputada. Vamos continuar a falar mesmo que a gente incomode se não for dada uma resposta séria aos moradores do Bairro do Griné e do Bairro do Caião.

Então e na Saúde Senhora deputada!? Olhe, nem lhe digo nada, porque o Governo Socialista não tem feito nada no Hospital de Aveiro e nos cuidados de saúde para os aveirenses.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²¹

“Obrigado a todos. Nuno Teixeira não tenho nota de histórias parecidas como as que trouxe cá. Nós temos uma relação próxima e direta com os nossos feirantes, apoiámos os feirantes naquilo que entendemos necessário, com boa reação da parte deles no respeito aos apoios extraordinários da pandemia e, portanto, não vou obviamente aceitar que o PCP seja o interlocutor dos feirantes. Eles têm uma relação direta com a Câmara perfeitamente disponível da nossa parte como eleitos locais e da nossa equipa técnica que faz a gestão da Feira e, portanto, não tomei sequer nota do que disse, porque aquilo que é a relação que temos com eles, aquilo que é a justificação técnica de porque é que não se faz um ramal de energia, para abastecer uma pequena produção durante umas horas por mês, tudo isto tem justificações técnicas que eles conhecem. E, obviamente, era o que mais faltava agora, nós termos aqui o Partido Comunista fazer interlocutor.

Diga, a quem lhe falou, que eu próprio, o vereador Miguel Capão Filipe, o nosso chefe de divisão André Costa, estamos todos ao dispor de todos os nossos feirantes, para os ouvir, para melhorarmos as condições, etc. É assim que trabalhamos há muito tempo e, portanto, não é agora que o PCP quase defunto político, vem agora a arvorar-se em representante de feirantes.

Quanto ao CAT, digo-lhe a mesma coisa. O CAT é uma vergonha há muitos anos em Aveiro. Mas é o CAT que o Ministério da Saúde quer ter.

Vocês têm que pôr uma coisa na vossa cabeça. Especialmente o Partido Socialista que agora vai passar a governar sem a muleta comunista e bloquista. Sois vocês que governam! Esta conversa de tentar mentir aos cidadãos de que há um conjunto de matérias de que a Câmara é responsável, não passa. Quem é responsável, por algo que eu acho inacreditável, que fiz visitas sem conta no meu primeiro mandato com o presidente na altura, Dr. José Tereso, Presidente da ARS do Centro, procurando arranjar soluções alternativas fui eu. E o nosso diretor que ainda é a mesma pessoa, que é militante comunista, de grande qualidade, ele sabe, agora bateu à porta errada.

Aquilo é uma vergonha no que respeita à estrutura física e à sua localização, mas pertence ao Ministério da Saúde deste país. Não tem nada a ver com a Câmara Municipal de Aveiro. É bom que se saiba isto. E agora que voltam para a oposição, que o PCP, enfim, possa crescer um bocadinho dos seus miseráveis 4% que saiba que, temos que fazer oposição ao Governo se o Governo continuar a maltratar a Saúde em Aveiro. No Cat, no Hospital, em dizer sim ao novo Centro de Saúde de Nossa Senhora de Fátima, etc, etc.

Portanto saibam os nossos cidadãos que esta conversa mentirosa do Partido Comunista e do Partido Socialista, a tentar dar uma imagem de que estas coisas da Saúde é da responsabilidade da Câmara, é isso mesmo, é uma mentira.

Estas coisas da Saúde pertencem ao Ministério da Saúde de um Governo Socialista, que está a acabar a sua vida, liderado pelo Partido Socialista e patrocinado de forma fundamental para a sua existência até à sua morte, pelo Partido Comunista e pelo Bloco de Esquerda.

Esperando eu, obviamente, como auto de fé de português que quer o bem de Portugal, que o novo Governo com a felicidade que teve o Partido Socialista e o país, de já não depender politicamente do Partido Comunista e do Bloco de Esquerda, que é uma coisa boa para a pátria, que tenha agora um Ministro em condições na área da Saúde (espero que seja novo, com gente com qualidade na ARS do Centro (porque a que está não serve), que nos deixemos de conversa da treta e que possamos ver, de facto, o Governo do país a tratar bem a Saúde dos aveirenses, que é aquilo que todos queremos e pelo qual lutamos há muito tempo.

E, portanto, chega de conversa e vamos é ao trabalho. Agora seja bem-vindo o Partido Comunista à oposição ao Governo do país, a partir de agora. Para nós, pela ação positiva e indutora motivadora de quem governa, que tem importantíssimo papel a oposição, possamos deixar este “dolce fare niente”, desta situação de quem só fala e não faz nada na área das Saúde e passarmos ao investimento, àquilo a que eu gosto de chamar o discurso da ação e não o discurso das palavras.

O discurso das palavras é muito importante, mas, obviamente na gestão tem que se passar ao discurso da ação.

Quanto aos ingressos dos Museus. Dar-lhe conta que esta atualização é uma atualização que tinha que ser feita. Os nossos bilhetes de ingresso nos Museus continuam a ser baixos demais. Não está aqui a população de Aveiro porque ativamos também um Domingo por mês de museu aberto, livre para que quem quiser ir aos Museus uma vez por mês faz favor a porta está aberta. Mas em termos de marketing, em termos de promoção dos valores, o nosso preço vai continuar a ser baixo demais. E se fizer um trabalho de benchmarking, se fizer análise comparativa, vai confirmar o que eu lhe estou a dizer.

E, portanto, há também por aí fazer necessidade de fazer um trabalho de valorização e é esse passo, vamos ter que dar mais passos, é esse passo que demos para essa valorização, também naquilo que é a leitura primária de quanto custa um ingresso para visitar um ou 3 ou 4 museus.

O Gabriel Bernardo falou da questão da Avenida Europa, aliás vários de vocês falaram da Avenida Europa. Enfim, obviamente que está tudo dito Gabriel. Nós claramente, há uma diminuição do tráfego na Avenida Europa em Cacia, claramente. Muito evidente a redução de pesados. E se alguma vez virem lá algum camião ele estará a fazer cargas e descargas ou praticar um ato ilegal. E agiremos e temos estado a fazer um trabalho de boa equipa com a GNR para que atuemos sobre a ilegalidade, mas devo dizer que têm sido muito pontuais os casos. Os nossos camionistas reagiram de forma cumpridora e, portanto, tem corrido globalmente bem.

O limite de velocidade lá não é 30 é 50. Apenas manda o código da estrada, às vezes há equívocos, alguns ignorantes que vão escrever para as redes sociais, o Código da Estrada é uma lei nacional!?! Não há leis municipais na regulamentação do código da estrada. Dentro das povoações o limite é 50 e pode ser menos em razão de alguns elementos. Por exemplo, quando se sobre eleva uma passadeira manda o código que o limite seja de 30.

Portanto é este o exercício que lá está. Sabendo que é possível que com a maturação daquele processo possamos a instituir o 30 como limite. Apenas nalguns troços, nomeadamente sempre que as passadeiras sejam elevadas a obrigatoriedade é de 30.

Quanto à Rua Conselheiro Queirós. Ela está programada para uma pavimentação e uma reformulação estrutural, nomeadamente na ligação para a rua do Crasto, que contorna a sul o Campus da Universidade de Aveiro e a reabilitação da fachada da Casa do Conselheiro é um compromisso formal com o proprietário e ela está amarrada a um investimento de um edifício de habitação que fica naquele terreno.

Quanto à Ponte da Balsa. Enfim, a ponte tem a segurança que é precisa. Não há problema nenhum de segurança. As pessoas não são estúpidas. Agora o que é importante e foi muito importante para nós conseguirmos este protocolo com a APA, é a ponte estar bem demonstrado que a ponte não serve. Quem degradou aquela ponte não foi nenhum ser humano. Foram as inundações, as cheias violentas de dezembro de 2018 e, portanto, não há nenhuma questão. A decisão é radical, vamos construir uma ponte nova e vamos demolir completamente aquela ponte. Não há questões nenhuma de segurança. Está tudo tranquilo, temos é pressa e estamos muito próximos de lançar o concurso para as duas coisas. O mesmo concurso vem construir uma ponte nova e demolir a ponte velha.

Quanto à subida das rendas. O Pedro Rodrigues pergunta se não devia ser adiada. Não! Nós temos regras, temos que cumprir regras. A revisão das rendas é de 3 em 3 anos. Mas não sei se leu o relatório todo? Eventualmente só leu o aumento das rendas. Mas há uma alegria, porque há um aumento de rendimento das nossas famílias, dos nossos inquilinos.

Vocês têm a mania, vocês e o Bloco de Esquerda, de que isto é tudo pobre e está tudo numa miséria no país. Não é verdade. O Partido Socialista não tem governado assim tão mal. Não é tudo mau. E mesmo a ajudinha que deu o PAN também deu uma ajudinha ao Partido Socialista, isto não é tudo mau. Há uma verdade neste relatório. Em 3 anos, os rendimentos dos nossos inquilinos, cerca de 500 famílias, subiu um bocadinho mais do que 20%.

E mandam as regras que haja uma relação direta entre o rendimento e o valor que se paga da renda.

E, por isso, como a equação basicamente encontra o valor da renda, depende do rendimento, há um aumento de cerca (também um bocadinho mais) de 20%.

E, portanto, ninguém aumentou as rendas a gente que ganha menos. O relatório também diz, os nossos inquilinos que ganham menos, que são cerca de 90, baixámos a renda, como é evidente. Mas há uma verdade boa. É que os nossos inquilinos têm mais rendimento. E só desejo que nos próximos 3 anos continue esse percurso de aumento do rendimento dos nossos cidadãos inquilinos porque isso é bom para eles, para a vida deles, é bom para a Câmara, vão ter mais dinheiro para comprar coisas e também para pagar uma renda mais alta.

E todos aqueles que tiverem um sinal contrário de redução, pois com certeza. E a esses é bom lembrar, nem sequer esperam 3 anos. Qualquer cidadão que tenha redução de rendimentos apresenta e, ato imediato, a Câmara reduz a renda. Não é preciso esperar 3 anos.

É este o quadro desse trabalho importante que nós desenvolvemos. E quanto ao fundo de apoio social. O fundo está ao dispor de toda a gente. Agora não se esqueçam de uma coisa, em Portugal quem tem a responsabilidade legal e os recursos financeiros para apoiar cidadãos socialmente é o Ministério da Segurança Social. É o Governo do país, não são as Câmaras. Isso deve ser lá num país qualquer porque não existem países bloquistas, a não ser a Coreia do Norte, mas a gente não pode ir lá visitar. Eu gostava de saber qual é o modelo de gestão do Bloco de Esquerda, porque a gente não sabe qual é o município bloquista que exista para a gente ir aprender porque não há. Em Portugal quem gere apoios sociais é o governo do país. E as Câmaras Municipais, nos termos da lei têm apenas instrumentos que complementam os instrumentos estruturantes que estão na mão do governo. É a lei que assim manda.

A estrada Dique. A Celma agora inventou uma coisa que é a inauguração entre aspás! Eu não sei se as inaugurações entre aspás é onde o deputado bloquista e candidato a Câmara de Aveiro, derrotadíssimo na Câmara e derrotadíssimo nas eleições legislativas, vai fazer cenas parvas e patéticas antes das inaugurações. Não sei se é isso que chama entre aspás? Nós não fizemos inauguração nenhuma. Quando a fizemos convidamos toda a gente, abrimos a via á circulação pedonal, como está hoje e ciclável. E estamos a resolver o problema que nos surgiu e que inclui, se for lá atualmente nesta fase da obra, estamos a resolver o problema da Agência Portuguesa do Ambiente. Estamos a pavimentar um fundo da ria, que tem um processo erosivo grave provocado pelas correntes e não provocado pela Câmara.

Se tiver tempo e vontade tenho todo o gosto em disponibilizar-lhe o relatório técnico sobre aquela matéria e saber tudo. E quando for a inauguração Celme, tenho todo o gosto em que esteja lá. Ninguém vai subir um metro. Houve um jurista que fez uma peça um bocadinho infeliz. É que aquando do projeto, decidimos subir um metro em relação à quota que o projetista tinha definido, no projeto. Quando fomos para a obra, já estava o metro lá e, portanto, está a obra terminada, ninguém vai subir metro nenhum.

E quanto ao Rossio fique tranquila que a única coisa que vai continuar a subir no Rossio é a execução da obra, a taxa de execução da obra. Não vamos subir a quota. O Rossio está protegido pelo nosso sistema de eclusa/comportas. É nosso sistema de eclusas e comportas que protege a Cidade toda, nomeadamente as suas zonas mais baixas do bairro da Beira-Mar.

O Rossio não faz coisa nenhuma a esse nível. Aliás, até pode ajudar. Se um dia, se houver aí uma cheia, se o nosso sistema da eclusa falhar, sei lá o quê, pronto, olhe, fica ali uma caixa para guardar uns milhares largos de metros cúbicos de água, enfim, é só isso. Agora esteja tranquila, que não é preciso subir a cota do Rossio.

Temos muitas ações ligadas às alterações climáticas. Já falamos aqui disso. Vamos ter novidades próximas também, mais investimento na mobilidade elétrica, seja nos transportes públicos, seja em facultar estruturas de carregamento para as viaturas privadas, seja nas estruturas da própria Câmara Municipal. Esse é um trabalho que vamos continuar a desenvolver. Já assumi, no executivo municipal, assumo na assembleia, estamos na fase de discussão com a TIS.pt o relatório sobre a avaliação e as propostas de ajustamento, que são várias na nossa rede da AveiroBus e obviamente que nesse âmbito, quando tivermos o processo mais perto do seu final, partilharemos, enfim, neste caso com a Assembleia Municipal.

Ao Jorge Greno agradecer as várias referências. Tomei nota de tudo aquilo que referenciou. Escolho uma outra questão mais pertinente. A questão que colocou do desporto náutico não é da Secundária José Estevão, são para todos. Apenas a equipa de coordenação é da José Estevão e é um parceiro importante no desenvolvimento das atividades.

Não tenho nota desta disfunção da iluminação pública, de não tenho nota disto. Mas tomei boa nota para podermos verificar. O apelo que sempre fazemos, que é um trabalho recorrente nas nossas conversas, nomeadamente com o Senhor Presidente da Junta de Oliveirinha, com o ex-presidente da junta e agora com a Senhora Presidente Junta de Eixo/Eirol, que é nós termos que melhorar a prestação ambiental dos feirantes e dos compradores de feira. Porque é que todos nós, no nosso dia-a-dia, não pomos papéis para o chão e quando vamos à feira pomos papéis para o chão? Desculpem lá, mas isso tem que acabar. Esta conversa de que deixa lá o papel voar e no fim vai lá a VEOLIA, isso é uma coisa que já não existe.

Nós que somos um município que trata muito bem esta matéria dos resíduos, temos uma excelente prestação, a nossa comunidade, os nossos cidadãos têm uma excelente prestação, desculpem lá, na Feira também vão ter que ter.

Esta conversa de que sujem, sujem, que a gente vai lá com a vassoura a seguir não pode ser. E, portanto, vamos continuar a trabalhar com as nossas juntas de freguesia parceiras, também aqui na Feira dos 28, embora se note menos porque temos a vedação, mas ainda não temos uma performance como deve ser. E, portanto, vamos começar a trabalhar nesse ambiente de sensibilização positiva. Nós não pomos o papel no chão em lado nenhum, temos que trabalhar para não pôr papel no chão quando estamos a vender ou comprar na feira. Não custa nada. Seria um péssimo exemplo nós abandonarmos esse trabalho e enchermos aquilo de vassouras e de camiões vassoura. Vamos ter que resolver essa matéria pelo trabalho civilizado de quem vende e de quem compra.

Quanto aos jacintos de água. Lembrar que nós tivemos uma candidatura aprovada pela Agência Portuguesa do Ambiente, em parceria com as três Câmaras, Aveiro, Águeda e Oliveira do Bairro, e que está pendurada nas Finanças há um ano e meio à espera de autorização.

Dar nota Jorge que os jacintos de água sempre foram usados na zona da Pateira para adubo natural dos terrenos. Sempre. E podem continuar a ser. Apenas esta matéria de ser agricultor e de usar determinada tipologia de utilizar estas algas para fertilizar já foi chão que deu uvas. Aliás o meu amigo conhece bem a região de Aveiro, veja como os nossos terrenos eram adubados com o moliço. Mas a vida dos agricultores também muda.

E esta coisa de vamos lá apanhar o moliço ou os jacintos para adubar as terras, que durante décadas assim que se fez, olhe já não há quem os apanhe. Hoje há produtos de mais fácil aplicação para fazer a capacitação em matéria orgânica dos terrenos.

Quanto à erva das Pampas. Eu obviamente respeito o trabalho de algumas câmaras municipais, mas não estamos aí. O país tem tido uma atitude miserável a combater pragas. A do Escaravelho da Palmeira, da Vespa Asiática, que são as 2 mais conhecidas, mas também a das Ervas das Pampas. Não são os municípios que têm de tratar desta matéria. Há Governo no país. Eu sei que muitas vezes parece que não há, mas há. Não é possível combater estas pragas à escala municipal isso não existe. Nós podemos pegar aí numas máquinas e cortar umas ervas, claro que podemos. Mas resolve alguma coisa? Resolve aos olhos de quem não percebe nada do assunto. Há disseminação das sementes por força do vento. Há um conjunto de fatores que não têm fronteiras municipais. Mas é preciso Governo. Nem sei o que irá agora acontecer ao Ministério da Agricultura. Dizem por aí que se vai fundir de novo com o Ambiente! Olhem pode ser uma oportunidade para ter um Ministério com capacidade de decisão e de ação para combater este tipo de problemas que não são de natureza municipal, nem são nossa competência.

Quanto ao apoio à Arte Nova. Os instrumentos que a Câmara tem são os que estão na lei, estão ao dispor de todos os cidadãos. Tomei boa nota do topónimo da Rua de Viseu. Temos outro problema parecido com a Rua de Viana do Castelo. E as dicas que o Jorge deu são pertinentes e tomei devida nota.

Ernesto Barros o Hospital da Trofa continua como um objetivo assumido pelo Grupo Trofa Saúde, mas sem data para se executar. A BUGA 2 a demora é do nosso empreiteiro e do conjunto de subempreiteiros, não é das bicicletas. As bicicletas estão prontinhas a andarem, mas as estruturas não estão. Também ainda temos um problema com uma instituição que é nossa parceira e que eu não quero revelar publicamente.

Quanto à ponte do Parque Dom Pedro. Houve uma discussão interna e a decisão que tomámos foi de remoção total daquela ponte e instalação de uma ponte nova.

Portanto é a decisão que tomámos e está em desenvolvimento o procedimento de contratação da ponte nova que incluirá a retirada da ponte existente. Achamos prudente,

mantê-la fechada. Eventualmente é um bocadinho exagerado, admito. Mas achamos prudente fazer assim e como a volta não é lá grande coisa, mas queremos a ponte porque ela tem enquadramento com a Casa do Chá e obviamente queremos manter.

A Escola José Estevão e as entradas laterais e os semáforos. Tudo isso faz parte da obra da requalificação da 25 de Abril. O semáforo vai acabar. As entradas laterais vão ser reativadas. Esse trabalho está feito, além do mais com o agrupamento de Escolas José Estevão e com a Mário Sacramento. Embora o semáforo do cruzamento da Mário Sacramento vai continuar.

Feira de Março 2022, sim. Abriremos a Feira no dia 25. Do resto tomámos boa nota, com muito gosto. Ana Seiça Neves não percebi bem a sua questão com o Irão!? É uma questão de principio receber os Senhores Embaixadores na Câmara que pedem audiências. Fiquei também eu a conhecer a dimensão da comunidade e o investimento que estão a fazer em Aveiro. Tinha assim uma ou outra nota, mas não tinha tido uma reunião de trabalho. Esteve connosco o líder da comunidade Iraniana na nossa cidade, que é professor na Universidade de Aveiro há 10 anos. Não é exatamente uma pessoa que chegou há dias. Está completamente integrado. Fala bem o português, tem a sua família cá, com filhos nascidos em Aveiro e, portanto, é gente que trabalha connosco com a maior naturalidade.

Eu tomei nota da questão do Contencioso, que acho pertinente. Porque é que não há-de haver uma parte no nosso relatório que indique os processos que terminaram! Parece pertinente isso. Sinceramente tomei boa nota. Não custa nada dizer este acabou. Ganhamos, perdemos, pagámos não sei quê. Tomei boa nota porque me parece pertinente a questão para poder junto dos nossos serviços melhorar o relatório.

Jorge Gonçalves esta fixação do Partido Socialista nos transportes, olhe nos vamos continuar a trabalhar. Lembrar que há espaço cidadão em Nossa Senhora de Fátima, não é necessário virem à cidade tirar o Cartão de Cidadão. Está lá um serviço impecável, que funciona muito bem na freguesia. Os abrigos têm algum atraso, ainda falta instalar alguns abrigos, mas não tem a ver com os transportes.

Há uma coisa que a gente sempre pede às pessoas. É que quando estamos a falar de transportes e de necessidades de alterar a oferta, as questões que nos sejam colocadas sejam objetivas. Dizer falta a ligação entre o ponto a e o ponto b no horário x. deu um exemplo em relação a São Romão. Tomei boa nota, mas a questão é ter esta interação. Porque vocês assumiram como coisa da esquerda a luta contra os nossos transportes. Não é saudável para os transportes. Todos nós queremos melhores transportes. Todos queremos que mais pessoas utilizem. Essa coisa de que é de esquerda andar de transporte não faz sentido.

Fiquem também a saber que a campanha de marketing é paga, como todas, pelo concessionário. E o meu caché por ser figurante foi nada. Fiquei um bocado zangado porque pelo menos uma caldeirada até caia bem. Mas estamos em época que não há enguias e, portanto, olhe nem a uma caldeirada de enguias eu tive direito. Fiz o papel que me pediram, com muito gosto, para dar uma mensagem positiva e reconquistar as pessoas para utilizar mais os transportes públicos.

Agradeço obviamente as notas do Casimiro Calafate, do Bruno Costa, do Filipe Tomaz, com esta nota do fim do PAM que é muito importante. E dar conta à Assembleia Municipal, que depois de muitas dúvidas, o Contrato de Cessação não é passível de Visto do Tribunal de Contas. Aliás, era passível até certa altura, no dia que assinámos foi o dia do inicio do congresso da ANMP, o Presidente do FAM trouxe-nos a notícia que definitivamente o Contrato não era passível de Visto e, portanto, entrou imediatamente em execução.

Manuel Prior o pagamento das obras já há muito tempo, basicamente há quase 2 anos, é auto feito, fatura validada, e vai para a nossa Tesouraria pagar imediatamente.

Não estamos a usar o tempo contratual. É uma das formas de apoiarmos a atividade económica e como temos capacidade de Tesouraria para isso, é despesa validada formalmente, ela tem de estar validada formalmente e, portanto, segue para pagamento. Senhor Presidente, não tenho mais tempo, não quero abusar, mas gostaria de responder às questões colocadas no PAOD.”

Presidente da Mesa

Membros da Assembleia

Vogal Gabriel Bernardo (CHEGA)⁰²⁴

Vogal Teresa Pires (PPD/PSD)⁰²⁵

Vogal Firmino Marques (PPD/PSD)⁰²⁶

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰²⁸

“Peço desculpa tinha esquecido as questões do PAOD. Gabriel Bernardo em relação à questão da vaga de assaltos, dar-lhe conta que nós acompanhamos todos os processos de segurança. Mas a Câmara não é a Força de Segurança, isso compete à PSP ou à GNR.

O que fazemos sempre é interações e troca de informação. É a nossa ajuda a esse nível. Quem tem a capacidade legal e a força de atuar nestas matérias é a PSP ou a GNR. Que em regra são as polícias que funcionam bem nestes movimentos que caracterizou. E não são grupos exatamente do município, são nacionais, e que depois vêm vagueando sem estratégia de desenvolvimento pelo território e infelizmente também nos calha a nós. Portanto é ao nível da cooperação institucional que nós ajudamos porque não cabe à Câmara a questão da segurança a esse nível.

A Marta Dutra falou do abate indiscriminado das árvores. Não há Marta. As que foram abatidas no Rossio fazem parte do projeto que bem conhece. E na zona industrial de Taboeira a operação que aconteceu, que é uma operação grande, é só o maior investimento industrial na área da cerâmica no nosso município nos últimos 40 anos.

É um projeto muito importante. É um grande investimento apoiado por fundos comunitários, são empresários do município de Aveiro e ninguém está a fazer mal a árvore nenhuma. Como sabe, desde os incêndios de outubro de 2017, passou a assumir-se que a árvore tem de sair das zonas industriais ou estar com um conjunto de regras muito claras por causa de serem um elemento de propagação de incêndio. E lembramo-nos bem do que aconteceu na nossa zona industrial de Mamoadeiro ou nas zonas industriais de Vagos e de Mira.

Quanto aos cães Marta. Dar-lhe nota que vamos trabalhando e ainda no passado 3 de fevereiro numa operação de recolha com a Câmara e a Junta de Nossa Senhora de Fátima, conseguimos recolher 6 cães da famosa matilha de Verba. Lá vamos trabalhando e de vez em quando lá vamos tendo sucesso.

Nunca conseguimos ter sucesso é ter o PAN a ajudar a apanhar os cães!? Isso é que de facto um fracasso total da nossa parte. Mas pronto, quem sabe um dia. Pode não demorar muito porque o PAN está em vias de extinção e daqui a bocado vai ficar apenas como nota histórica.

Quanto ao artigo da revista Sábado eu tive o cuidado, como a Marta sabe, enviei o direito de resposta, portanto quem quis ler a notícia e o direito de resposta que a revista publicou quinze dias depois, está ao dispor de toda a gente, para que não haja qualquer dúvida. E, portanto, fico-me por aqui, mas terei todo o gosto em mandar a quem quiser. Mas a revista é publica quem quiser pode pôr-lhe a mão. Mas se alguém quiser faça o envio como fiz com

a Marta Dutra, que foi enviar-lhe o email com o pdf do documento, pois farei isso sem qualquer problema.

O Ernesto colocou uma pergunta sobre a Cooperativa Santa Joana. O que posso dizer é que está em Tribunal e, portanto, estamos numa fase em que houve uma suspensão de Instância acordada entre os advogados, para negociar uma solução que pudesse dar um rendimento do edifício que permitisse entre outros objetivos pagar as indemnizações que os ex-profissionais reivindicam.

Das várias diligências que temos feito ainda não tivemos o menor sucesso. O processo está a chegar ao limite da suspensão de Instância, o período legal, e a seguir obviamente o Juiz retomará o processo e tomará uma decisão. É neste ponto que o processo está. Muito obrigado a todos.”

O Presidente da Mesa deu como concluída a apreciação da Informação sobre a Atividade Municipal.

Ponto 4 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município de Aveiro para os Órgãos das suas Freguesias e contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2022 (com exceção de São Jacinto).

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária pública, realizada em 07/02/2022, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta ata).

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara⁰²⁹ para apresentação dos documentos em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Enfim, de forma sumária evidenciar os seguintes aspetos. Ponto primeiro, as propostas que aqui estão e as propostas que aqui não estão, são acordos entre a Câmara Municipal e as nossas Juntas de Freguesia. Portanto, trabalho realizado por mim neste momento a interação conjunta sempre foi comigo, no anterior mandato era o Vice-presidente Jorge Ratola que tinha a gestão operacional. No atual mandato é o meu chefe de gabinete que me faz esse apoio. Portanto tivemos duas reuniões, várias ações interações bilaterais e, portanto, fechámos estes acordos.

Duas ou três características. Primeira, aumentámos a dotação financeira das transferências das delegações de competências, deixem-me chamar assim de forma genérica, daquelas que são os investimentos normais, as atividades regulares. Porque, enfim, sentimos todos que algumas rubricas tinham carência na dimensão financeira. A esse nível também pelo aumento de custos e também a escassez de mão-de-obra e, portanto, foi uma decisão que que tomámos e obviamente aceite pelas nossas Juntas de Freguesia.

E quanto aos investimentos extraordinários, nós quisemos deixar uma reserva de não afetação de cerca de 300 mil euros. Já não foi a primeira vez que fizemos isto, portanto nós queremos esgotar a verba toda que está orçamentada que é de 2,1 milhões. Mas neste momento há objetivos muito importantes e que tem alguma imaturidade em relação àquilo que vai ser o seu custo final.

Os três principais, que não são os únicos, mas são os 3 principais, são os objetivos de construção de novas infraestruturas de armazéns gerais das Juntas de freguesia de Santa Joana, Oliveirinha e Glória Vera-Cruz.

Depois há outros objetivos ainda em desenvolvimento. Lembro o Parque da Quinta do Canha em Aradas, lembro-me de uma operação em São Bernardo, ainda há outras operações que virão a ser elegíveis para usar os tais 300 mil euros que aqui não estão utilizados no quadro dos objetivos que temos de utilização total da verba.

A outra questão que interessa aqui deixar nota é que neste ano 2022, passaremos a cumprir a Lei das Transferências de Competências que até agora não cumprimos.

E, portanto, vamos agora pelo mês de Março, Abril, iniciar a negociação das transferências de competências de 2023, porque as verbas da parte respeitante aos autos de transferência, tem de ser comunicada à Direção-Geral das Autarquias até ao final do mês de Junho.

Portanto, nós temos que abrir essa frente, porque aquele que foi o nosso protesto contra a lei, a exigência da sua revisão, não deu em nada.

E, portanto, continuamos a discordar da lei, mas lei é lei e temos que a cumprir. Portanto, deixar também esse pressuposto bem claro.

Outra nota tem a ver com o facto de não termos aqui as propostas de contratos interadministrativos e os autos de transferência com São Jacinto. Aquilo que assumimos, que propusemos e que teve acordo da Junta de Freguesia, é que nesta fase interessa à Junta de Freguesia pagar as suas dívidas, planear o seu pagamento, ter os chamados acordos de pagamento, portanto as que conseguir pagar o mais rápido possível pois com certeza, já o está a fazer, para as que não conseguir, obter sólidos acordos de planos de pagamento.

E também cumprir o outro preceito que é, a Junta de Freguesia está a trabalhar nesse sentido, o aprovar nos órgãos de Freguesia e obviamente depois comunicar à Câmara, as Contas de 2020 que ainda não o fez e as Contas de 2021, no tempo normal.

Neste quadro, entendemos que não faria sentido agora, porque, como sabeis, nós aprovávamos aqui contratos com um valor X, a Junta começa a executar as competências, quando nós fôssemos transferir o dinheiro, o dinheiro em vez de chegar à Junta, pumba, ia para os credores. Nós ainda temos na Câmara uma verba à espera de penhoras, portanto, a lógica é acabarmos com isto.

Isto acaba-se com a Junta de Freguesia a pagar as dívidas para que possamos retomar o mais rapidamente possível este processo.

Enfim, ficámos com uma data referencial de meados do ano, de podermos ter este exercício a começar no início do segundo semestre do ano, mas isso é uma data referencial da nossa parte câmara municipal. Da parte da Junta de Freguesia de São Jacinto ficou essa vontade de logo que estas condições sejam verificadas, negociaremos e será seguramente fácil e rápido, contratos idênticos a estes e idênticos àqueles que tivemos nos anos anteriores. Obviamente terão que ter o preceito das formalidades. Aprovação na Câmara, aprovação na Assembleia Municipal, na Junta e na Assembleia de Freguesia, para iniciarem a sua execução.

Portanto, são estas três questões principais de característica destes documentos, sabendo que, obviamente, temos um capital de crédito alto, porque o nível de execução de qualidade da relação de trabalho de equipa, entre a Câmara e Juntas de Freguesia do nosso município tem sido muito alto. Esse é o nosso capital de crédito. E, obviamente, é em cima desse capital crédito que apresentamos de forma muito determinada e tranquila estes documentos, estes 18 documentos, na certeza absoluta que é vontade das partes a sua execução plena. E virmos a trazer à Câmara e à Assembleia Municipal as adendas que utilizarão a verba não afeta nesta fase, que incluirá então também São Jacinto. Esperemos e temos esse objetivo fixado.

E, portanto, pensamos que dessa forma, possamos chegar ao final do ano com a execução total da verba orçamentada, que repito, tem o valor de 2.1 milhões de euros. Alguma questão obviamente estou ao dispor para o debate. Muto o brigado.”

Membros da Assembleia

Vogal Nuno Teixeira (PCP) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[032](#)

“Em relação a este ponto pouco há a dizer. Foi sempre posição do PCP as Juntas de Freguesia não se opondo nós não vamos criar nenhum problema e como sempre não iremos contribuir para a inviabilização do que está a ser discutido.”

Vogal Pedro Rodrigues (PAN) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[033](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Nós somos a favor destas transferências de competências, sendo que as próprias Juntas de Freguesia concordaram com a Câmara nestas transferências de gestão de espaços verdes e de limpezas. Por isso votaremos favoravelmente.”

Vogal Celme Tavares (BE) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[034](#)

“Não obstante o Bloco de Esquerda discordar do processo de descentralização que está em curso o Bloco viabiliza esta transferência de competências porque são necessárias essas transferências de verbas e mais nesta altura de crise provocada pela pandemia covid 19.”

Vogal Jorge Greno (CDS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[035](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Tendo aqui uma visão futebolística, em equipa que se ganha não se mexe. É o que tem acontecido, são acordos entre a Câmara e as Juntas. A Câmara cumpre com a parte que lhe compete as Juntas cumprem com a parte que lhes comete e, portanto, há que continuar.

Uma palavra de congratulação por finalmente ter havido uma solução em São Jacinto. Ouvimos também com atenção as declarações do Senhor Vereador Manuel Sousa na reunião de Câmara também a congratular-se com o mesmo. É bom para o concelho e é bom para São Jacinto que haja uma solução para depois a meio do ano sejam restabelecidos os respectivos contratos e possa a Junta seguir com a normalidade devida daqui para a frente.”

Vogal Pedro Silva (PS) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta [036](#)

“Muito boa noite Senhor Presidente da Assembleia. Caros colegas, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores. Enfim, duas ou três notas sobre esta matéria da transferência e de delegação de competências, entendendo que é o acordo que a Câmara estabeleceu com as Freguesias e, portanto, a sua anuência significa a concordância óbvia do processo.

Aquilo que gostaria de aqui trazer era algo que naturalmente poderíamos e deveríamos certamente pensar no futuro deste quadro de delegação de competências para as Juntas de Freguesia. Numa descentralização maior daquilo que são as suas competências, obviamente com o acompanhamento daquilo que são os vários recursos, financeiro e humanos.

Se me permitem e face à elevada importância deste tema, que merece a nossa atenção e que se possam dar contributos maiores para além daquilo que é a anuência clara relativamente aos contratos assinados e às competências delegadas.

Queria aqui dizer que a matéria das transferências e as delegações de competências é um assunto da mais elevada importância da vida autárquica. Do mesmo modo que as Câmaras Municipais reconhecem, e bem, que a democracia se aprofunda e que a eficácia de atuação no terreno melhora, quando existem decisões de descentralização política, administrativa e territorial da administração central para a administração local, também idênticas decisões dentro do nível autárquico se saudariam com maiores transferências de competências e de recursos para as Juntas de Freguesia.

Não será demais repetir as vantagens dos processos de descentralização, em que se pode incluir, obviamente, a matéria das transferências diretas e delegação de competências, nomeadamente no inegável processo de decisão de proximidade de que se releva:

- a) maior eficácia, porque melhor conhecimento do problema;*
- b) melhor eficiência, porque menos desperdício no percurso da decisão.*

Hoje, esta Assembleia poderia ser histórica, mas não será. Hoje, poderia tomar decisões ambiciosas que preparassem o futuro da administração territorial de proximidade, mas não é.

Hoje, esta Assembleia poderia integrar os bons exemplos autárquicos nacionais, no contexto das suas boas práticas, mas eventualmente não o faremos ainda hoje. Hoje, poder-se-ia assinalar o futuro, mas estamos com dificuldade de inscrever Aveiro, no mosaico das decisões exemplares, na vontade de descentralização entre a Câmara de Aveiro e as Juntas de Freguesia.

Oportunidade entendemos perdida, nesta da transferência e de contratos inter-administrativos de Delegação de Competências para a Juntas de Freguesia, e que repetimos poderíamos ir muito mais longe.

Permitam-me fazer aqui um histórico relativamente à importância das Juntas de Freguesia. Elas representam muito daquilo que é o espaço de liberdade, da participação cívica e da participação da administração dos territórios.

A primeira referência às freguesias na organização administrativa portuguesa, resultou da Revolução Liberal de 1820 e surge em 1830, com um decreto elaborado nos Açores – num momento em que o regime do absolutismo tinha regressado ao território continental. E essa marca das Juntas de Freguesia fica para a nossa história como um elemento de grande relevância e de grande presença no histórico da administração dos territórios.

Em 1910, com a implementação da república, foi reposto o Código Administrativo de 1878, tendo a freguesia retomado um papel de relevo, e operou-se, na sequência da lei de separação entre a igreja e o estado, a separação integral da paróquia civil e da paróquia religiosa.

Em 1976 entrou em vigor a Constituição atual, e a freguesia passou a ocupar um lugar que nunca tinha tido até então, e até exemplo dum quadro exemplar do ponto de vista europeu porque diferente e original, revelador da sua importância, que é a dos presidentes de junta fazerem parte da Assembleia Municipal. E nesse sentido, mais uma vez valoriza a dimensão das juntas de freguesia.

Porém em 2013, operou-se uma forte redução dos números de freguesias, redução feita de modo apressado e com critério muito contestáveis, porque partiu de premissas erradas. Meramente quantitativas em função do número de freguesias que cada município tinha e não em função das características específicas e do seu papel no contexto administrativo territorial de cada uma, esta reforma 2013 falhou. Como falhou a política que a albergou. Talvez tenha chegado o momento de as revermos no quadro da legislação, entretanto

publicada e que, explicitamente, reconhece o erro praticado nos tempos de intervenção da Troika no nosso país e que o governo de então anuiu e apoiou.

Do mesmo modo se defendia que era uma questão de poupança do erário público como se fosse, com a abolição de alguns Presidentes de Junta, que o país se recompunha economicamente. Foi ao contrário, repito, parece ter chegado a hora de rever a situação das Juntas de Freguesia no quadro da lei entretanto publicada e a isso deveremos voltar a debate, tão breve quanto possível.

De que falamos nos processos de transferência: nada mais nada menos que de coesão territorial. Temos um município a várias velocidades. A Cidade com toda a sua dinâmica sociocultural e económica, um primeiro arco no seu entorno de Aradas, São Bernardo, Santa Joana, Azurva e um segundo arco de Cacia, Eixo, Eirol, Nossa Senhora de Fátima, Requeixo e Nariz.

Coesão territorial não é tornarem territórios diferentes em iguais, perdendo-se a identidade que caracteriza os lugares e as suas gentes. Coesão territorial é que cada território encontre os seus processos de desenvolvimento específicos em conformidade com as idiossincrasias da sua história, da sua cultura e das atividades económicas específicas. Coesão também é impedir a existência de demasiada dependência entre os lugares do município e a sua sede trazendo com isso significativos graus de dependência da periferia para o centro, que torna a primeira cada vez mais externa em relação aos centros de decisão, de comércio e de emprego qualificado nos serviços.

Muitos destes lugares mais periféricos em relação à cidade, encontram-se em perda populacional e intenso envelhecimento e portanto carentes, mais do que quaisquer outros lugares de uma política de proximidade.

Podemos dotar estes lugares de estruturas físicas, mas sabemos de que o que necessita é de massa crítica, de gente, de dinâmicas sociais e económicas. Por isso importa repescar alguns documentos já produzidos, nomeadamente o PDM, que ao retirar a política de centralidades das freguesias e ao não programar a realização de Áreas de Reabilitação Urbana, dá um passo significativo para retardar a recuperação destes aglomerados que, sem estas e outras propostas estruturantes, dificilmente inverte processos de declínio em que caiu na última década.

Por outro lado, as freguesias e lugares, da primeira coroa envolvente à cidade, carece de processos de qualificação territorial obvia. Grande parte da nossa população que a habita vive em estradas e não, como devia, em ruas. Faltam passeios dimensionados corretamente, quando os tem, iluminação adequada, sinalização e sinalética orientadora, mobiliário urbano, espaços específicos e partilhados para a mobilidade suave.

Essa é uma parte muito substancial daquilo que nós apelidamos de cidade nascente e da sua urgente qualificação.

Para inverter as dinâmicas recessivas destes lugares urge instituições políticas e administrativas de proximidade e as juntas de freguesia são a entidade de que precisamos, hoje mais do que nunca.

As Juntas de Freguesia têm hoje gente, entre os eleitos para o executivo e para a Assembleia de Freguesia, determinada e capaz, com competências acrescidas e desejosas de dar mais qualidade às suas populações, se lhes fosse conferida essa possibilidade. O seu trabalho, hoje, é incomensuravelmente importante no apoio aos seus habitantes, mas a sua reconhecida potencialidade de intervenção parece ser inversamente proporcional à capacidade que lhes é proporcionada, muitas vezes, por poderes municipais excessivamente centralizados.

Temos de ir mais longe, muito mais longe do que os modelos tradicionais que, se foram e são importantes, devem ter novas e estruturantes adições, de que destaco, a título de exemplo:

- a) *Assistência Social: Já falamos em dezembro da importância da proximidade da assistência social e no conhecimento sobre as situações de vulnerabilidade visível e envergonhada no seio da sua população, nomeadamente no combate à pobreza e à exclusão;*
- b) *Habitação: Do mesmo modo a vulnerabilidade habitacional é mais bem entendida por esta proximidade. Descentralizar algumas decisões nesta matéria e em particular na execução do Programa Primeiro Direito pode ser fundamental para o sucesso desta importante intervenção;*
- c) *Associativismo: A transferência da responsabilidade dos apoios ao associativismo será um dos aspetos determinantes da intervenção das Juntas de Freguesia que construirão os programas mais adequados às características associativas locais, realçando como exemplo a diferença dos apoios entre a cultura erudita e popular;*
- d) *Transportes: Responsabilidade na matéria dos transportes flexíveis e a pedido pela proximidade e facilidade de contato. Deixando o transporte convencional de autocarros e das suas linhas para a Câmara Municipal, o transporte flexível e a pedido, para lugares de menor dimensão afigura-se da maior importância na coesão territorial e dos direitos de todos os aveirenses à mobilidade e ao transporte. Esta tipologia de transporte estaria muito facilitada se as Juntas de Freguesia estiverem envolvidas na gestão do processo;*
- e) *Ordenamento: Responsabilidade nas decisões territoriais, tais como na definição de Áreas de Reabilitação Urbana, pugnando pelos benefícios que estas áreas trazem para a sua população;*
- f) *Cultura: Responsabilidade no património edificado definindo os seus valores para uma cultura local e para o desenvolvimento das interpretações locais e respetiva preservação ativa;*

E tantas outras responsabilidades que as Juntas de Freguesias podem e devem assumir quanto antes, como matérias escolares, equipamentos, corredores ecológicos, mobilidade ativa, atividades económicas e licenciamentos.

Não menos importante são as transferências das verbas financeira e ainda mais importante a eventual transferência de recursos humanos qualificados da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia ou até para comunidades inter-freguesias que, a exemplo das CIM para os municípios, podem estabelecer mecanismos de cooperação administrativa e territorial da maior importância.

Cito um exemplo possível com a gestão urbanística de proximidade em face entre aquilo que é a cidade densa, dos prédios e das ruas e avenidas e aquilo que é a cidade de baixa densidade construtiva, da linearidade da ocupação do território.

Creio ser unanime que o ideal seria que a população da área de baixa densidade não carecesse de se deslocar à cidade para os seus processos urbanísticos, podendo existir um gabinete descentralizado e especializado na cidade nascente e melhor respondesse às suas idiosincrasias territoriais.

Com a desconcentração de serviços para as freguesias, tendencialmente transferindo os meios necessários estes territórios ganhariam massa crítica capaz de recuperar lugares hoje em perda populacional, envelhecimento intenso e decréscimo económico.

Este será todo um processo de descentralização que o Partido Socialista sempre pugnará e executará quando lhe for possível, em nome da coesão territorial, do direito aos lugares, à mobilidade, à qualidade dos espaços urbanos e rurais, à vida social e cultural com uma administração, com poderes factuais, de proximidade e solidariedade. Em nome do aprofundamento da democracia que se faz também pela administração de proximidade, é incontornável que as Juntas de Freguesia terão de vir a ter competências e atribuições

muito maiores do que as que aqui hoje debatemos. E tenho a certeza que as juntas estarão à altura assim lhes seja dado os recursos.

Lamento não termos começado já este processo, com mais ambição, mas sabemos que invariavelmente ocorrerá. Com a nossa participação ou simplesmente connosco ocorrerá.

Não obstante, o Partido Socialista votará favoravelmente esta proposta porque, ainda perto das eleições autárquicas, considera que pode não ter havido o tempo para construir uma nova estratégia para o aprofundamento da democracia, para a coesão territorial e para a execução de uma política de proximidade a partir das nossas Juntas de Freguesia. Mas considera que, desde já, se deve pensar no modo e na forma de dotar as Juntas de Freguesia de mais competências e atribuições, com o conseqüente apoio financeiro e humano. Quem ganhará com esta política de descentralização, de proximidade, seremos todos nós, será Aveiro, serão os Aveirenses.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta.⁰³⁷

“Senhor Presidente muito boa noite. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados. Assistimos aqui a uma intervenção longa do deputado do Partido Socialista. Claramente o senhor deputado não percebe nada de Juntas de Freguesia. Deduzo que nunca tenha estado numa Junta nem sequer mesmo numa assembleia de freguesia. As suas palavras são apontamentos teóricos senhor deputado. Com a pretensão apenas de que as pessoas vejam em casa e que se possa exibir com os seus dotes oratórios, embora tenha o texto escrito, mas na verdade está muito aquém da realidade daquilo que é uma Junta de Freguesia. O Senhor não mostrou aqui um mínimo de conhecimento daquilo que é realmente a realidade das competências de uma Junta de Freguesia. Olhe, falo-lhe da experiência própria da minha idade e dos oito mandatos em que foi eleito.

Senhor deputado, o senhor é pessoa jovem, e peço-lhe que se deixe dessa questão, porque me incomodou, incomodou essa ignorância total. Olhe espero que o senhor se candidate a uma Junta de Freguesia porque eu o que lamento é não poder recandidatar-me nas próximas eleições porque desafiava-o para ser meu adversário. Tinha muito gosto para assim aprendermos alguma coisa um com o outro.

Mas a lei não permite que eu volte a ser candidato e eu também já não tenho idade, porque eu até gosto de fazer este trabalho e gosto de servir a população. E ter pessoas que confiam em mim como eu possa confiar nelas como ficou comprovado nas últimas eleições. eleições, igualmente em relação a todos os meus colegas da Aliança com Aveiro que mostraram que realmente têm qualidade para ter a confiança das pessoas.

O Senhor Presidente da Câmara, na última reunião de Câmara onde este assunto foi aprovado, depois de vários considerandos que eu vi na ata, diz assim, a necessidade de elevar e quantidade e a qualidade da prestação de serviços públicos essenciais aos cidadãos, bem como a avaliação muito positiva que faz da delegação de competências contratualizada nos últimos anos com as juntas de freguesia, torna absolutamente necessário dar continuidade à Delegação de Competências.

Senhor Presidente, não tenho dúvidas nenhuma. Em meu nome pessoal e dos colegas da Aliança com Aveiro, no fim deste mandato em 2025, o Senhor vai continuar a pensar da mesma maneira porque nós continuaremos empenhados, como desde há muitos anos, pois essa é a nossa maneira de ser e essa é a nossa maneira de estar. Conhecemos as pessoas, as pessoas conhecem-nos, confiam em nós e nós confiamos neles. Continue a acreditar nos Presidentes de Junta da Aliança com Aveiro Senhor Presidente. Muito obrigado.”

Vogal Victor Marques (PPD/PSD)⁰³⁸

Vogal Catarina Barreto (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰³⁹

“Boa noite Senhor Presidente da Assembleia. Na sua pessoa cumprimento todos os deputados. Senhor Presidente da Câmara e na sua pessoa todo o órgão executivo.

Senhor deputado, começo por dirigir-me ao senhor deputado, porque, como disse o meu colega mais velho, e eu como colega mais nova ainda, vou ainda mais longe porque nós jovens podemos ser sempre mais irreverentes. O senhor deputado não só não conhece as Juntas, como não conhece a história da Cidade. Nem o país, o que ainda é mais grave. Não conhece como é que funciona uma Junta, não conhece a estória desta cidade. Porque se conhecesse a história desta cidade e as relações que tem existido entre a câmara e as juntas, saberia que não é hoje que se faz história. Fez-se história há mais de 5 anos, quando se começaram a aprovar não neste sítio, mas na capitania, as delegações de competências nas verbas e nos moldes que foram aprovados. Portanto, não foi hoje. Nós, já começamos a ter esta história há mais anos.

E no plano nacional e falo com conhecimento de causa, fruto das funções que exerço na Associação Nacional de Freguesias, é sempre com um enorme gosto que quando falo com os meus colegas dos órgãos sociais da Associação Nacional de Freguesias, verifico que Aveiro e que o nosso Presidente, é sem dúvida um exemplo.

E, portanto, senhor presidente da Câmara, pode dormir descansado, como sei que dorme, porque faz um excelente trabalho enquanto presidente da Câmara. E uma honra sem dúvida os municípios também, porque o senhor é vice-presidente da ANMP e conhece muito bem a realidade das freguesias e dos municípios. E desde o início que celebra estes contratos que são para cumprir porque nos sentamos todos à mesma mesa. E por isso digo e eu assumo sempre as coisas que digo, que o Senhor não conhece a Cidade. A Cidade não cresce a dois ritmos, nem a três ritmos, nem a quatro ritmos!? A cidade cresce toda ao mesmo ritmo.

E não cá o eixo de Aradas e da Glória Vera Cruz e de Esgueira, e o eixo de Oliveirinha. Olhe há um Eixo de Eixo. Crescemos todos ao mesmo tempo e ao mesmo ritmo. A única Junta que ficou de fora é do conhecimento de todos, e todos sabemos porquê. Não é por estar longe ou por estar do outro lado da Ria. Não. É devido aos problemas que tem, mas que certamente irá resolver e que faço votos que o resolvam.

A cidade cresce toda ao mesmo ritmo. Nós sentamo-nos todos à mesma mesa. Nós negociámos todos. Nós sabemos porque é que vai este ou aquele investimento para aquela freguesia, porque é que vai aquele investimento, nós sabemos a quanto é que é paga a limpeza de cada rua. E cumprimos todos. Todos sabemos que temos que cumprir porque estamos sobretudo a cumprir com o nosso povo. E se não tivéssemos cumprido com o nosso povo não tínhamos tido a votação que ainda recente tivemos em Setembro. Por isso damos a cara pelos contratos e cumprimos.

No caso particular de Aradas, deixar aqui também uma nota, porque no ano passado Aradas também teve aqui um certo fait-diver nas delegações de competências e, portanto, acho que era oportuno dizer, que mesmo com esse fait-diver e com as tentativas que tiveram para que a freguesia parasse, conseguimos cumprir integralmente todos os objetivos que tínhamos protocolado 2021. E estivemos quase um mês sem delegação de competências e conseguimos cumprir. Conseguimos cumprir com muito afinco. Não foi com a ajuda do Partido Socialista. A verdade é que o povo nos reconheceu isso.

Portanto Senhor Presidente, caros colegas presidentes, temos que estar felizes, temos que nos regozijar, porque de facto temos mais um grande ato para as nossas juntas. É uma verba, parece que já não se fala, porque já nos habituamos a estas coisas e deixamos de pensar nisso. Mas estamos a falar de uma verba de 2.1 milhões de euros. Não estamos a

falar de 100 mil euros. Basta comparar, não precisamos de ir muito longe. Em muitos municípios o valor transferido é tanto como a freguesia de Aradas recebe sozinha. E a freguesia de Aradas não recebe nem mais nem menos que as outras. Esta na linha das outras. Se estivermos atentos, se lermos as notícias, no plano regional nos estamos de facto a nível de delegação de competências esta Câmara é um exemplo. Nós temos trabalhado muito bem e vamos continuar a trabalhar e vamos continuar a evoluir. Nós somos assim e queremos sempre fazer de facto mais e melhor e efetivamente temos conseguido. Disse.”

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)⁰⁴⁰

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) — Nos termos do n.º 2 do artigo 45.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:⁰⁴¹

“Senhor Presidente, nesta altura e vou retomar o ponto que estamos a discutir que é: Apreciação e votação da transferência de competências do Município de Aveiro para os Órgãos das suas Freguesias e contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2022 (com exceção de São Jacinto).

Isto porque à bocadinha, com a anuência do Senhor Presidente da Mesa, assistimos aqui a um bom discurso de retórica do deputado Pedro Silva, bem elaborado. O Senhor deputado falou muito bem, gostei de o ouvir, mas não falou nada sobre o tema que estamos aqui a discutir!? Falou sobre outras coisas que quis falar com a anuência da Mesa.

Temos aqui este ponto e Senhor Presidente, não foi sobre o ponto que o senhor deputado se expressou e que fez muito bem.

Mas sobre as delegações de competências que é o ponto em que está em causa, nós o que temos a dizer na bancada do PSD é que temos uma Câmara de boas contas. Com contas estáveis. Temos bons executivos nas Juntas de Freguesia capazes e responsáveis. E neste seguimento e havendo confiança entre o executivo e as Juntas de Freguesia votaremos favoravelmente este ponto.

Mas queremos falar também sobre São Jacinto. Porque isso faz parte do ponto e não ouvir aqui retóricas e filosofias que não estão no ponto e que não fazem parte da discussão de hoje. Podem ser muito importantes, mas não fazem parte do ponto de hoje.

Sobre São Jacinto dizer que na bancada do PSD lamentamos o ponto financeiro a que chegou o seu executivo por manifesta má gestão do mesmo! Este ponto veio dar-nos razão ao nosso voto que aqui trouxemos em Junho para o fim de delegações de competências entre o executivo e a Junta de Freguesia de São Jacinto em relação ao ano de 2021, por uma das partes não estar a cumprir o acordo.

Na bancada do PSD esperamos que o novo executivo da Junta de Freguesia de São Jacinto aprove as Contas de 2020 e 2021 e que cumpra o pagamento das suas dívidas aos fornecedores e que volte à normalidade e se junte às outras Juntas de Freguesia para que o bom nome das instituições autárquicas no concelho de Aveiro volte a ser a normalidade no cumprimento das suas obrigações.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁴²

“Senhor Presidente, só para agradecer o apoio às propostas. E para ter total desconsideração pelo discurso do Doutor Pedro Silva, que não tem pés nem cabeça. Discordância total. Obviamente que era dar-lhe importância se estivesse aqui a comentá-lo. Portanto, é de uma irrelevância, de uma ignorância, dum desfasamento total em relação à realidade e vai sendo tempo também de o Dr. Pedro Silva ir praticando uma outra atitude, que é a consequência na prática entre o que diz e o que faz. E sobre essa matéria lá iremos.

Muito obrigado pelo apoio. Temos o maior gosto de ter um apoio tão claro a estas propostas, com a certeza absoluta que vamos como já estamos a executá-las, com grande intensidade. E também queremos muito, o mais breve que seja possível, pelos desenvolvimentos dos processos que estão em curso, trazer as adendas para preencher os 300 mil euros que faltam preencher, incluindo os dois contractos com a Junta de Freguesia de São Jacinto. Muito obrigado.”

Não havendo mais intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação⁰⁴³ o Ponto 4 – Apreciação e votação da transferência de competências do Município de Aveiro para os Órgãos das suas Freguesias e contratos interadministrativos de delegação de competências a celebrar entre a Câmara Municipal de Aveiro e cada uma das Juntas de Freguesia do Município de Aveiro para 2022 (com exceção de São Jacinto), sendo a proposta aprovada por maioria, com trinta e três votos a favor (PSD18+CDS5+CHEGA1+PS7+PAN2), três abstenções (BE2+PCP1), zero votos contra.

Seguiram-se as declarações de voto:

Vogal Pedro Rodrigues (PAN):⁰⁴⁴

“A declaração de voto é a intervenção do Senhor deputado.”

De seguida, nos termos do número 3 e 4, do artigo 57.º, do Anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante à reunião da Sessão, não se verificando oposição.

Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão, não se verificando intervenções.

Submetida à votação, a acta em minuta foi aprovada por unanimidade,⁰⁴⁵ cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.

Continuando o Presidente da Mesa deu por encerrados os trabalhos da Sessão Ordinária de Fevereiro.

Eram 23:30 horas do dia 11 de Fevereiro de 2022.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião da sessão, nos termos do disposto no artigo 45.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador da subunidade da estrutura orgânica de Apoio ao Presidente e à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(3:00)